

Política

Em apenas um mês, 20 Lotos

CLÁUDIO KUCK

Os 559 constituintes começam a trabalhar hoje e dentro de alguns meses o País terá uma nova Constituição. Há muita coisa incerta ainda sobre seu funcionamento e duração, mas já se sabe que a futura Carta Magna custará caro aos brasileiros. Somente no primeiro mês de funcionamento, somando as despesas totais da Câmara e Senado, serão gastos 400 milhões de cruzados, o equivalente a 20 prêmios da Loto.

Se a nova Constituição estiver pronta em setembro como quer a maioria, ela sairá por três bilhões de cruzados. O voto de cada constituinte vai custar, portanto, 5,3 milhões de cruzados. "Uma Constituição atualizada, boa e democrática não tem preço, ainda mais se ela for respeitada como esperamos e durar mais que as anteriores", diz o jurista e deputado-estrangeiro, Sigmaringa Seixas, (PMDB-DF). É o que pensam também os outros parlamentares e os dirigentes financeiros da Câmara e do Senado.

Os gastos com os constituintes começaram bem antes de eles chegarem a Brasília. Para abrigar os 301 deputados novos, a Câmara ofereceu um prêmio de 50 mil cruzados para qualquer deputado não reeleito, que entregasse seu apartamento até o final de dezembro, ou 30 mil cruzados para sair até 15 de janeiro. Só com estes "incentivos" foram gastos 12 milhões de cruzados.

Mesmo assim, ainda é grande o número de constituintes sem apartamento funcional, que estão sendo preparados para eles. Enquanto isso, a Câmara decidiu alugar 300 apartamentos por quatro dias nos hotéis de Brasília, durante a instalação da Constituinte, passando depois a pagar apenas um auxílio moradia de 15 mil cruzados. Já o Senado colocou o Hotel Eron com diárias simples de Cr\$ 795,00 e de Cr\$ 988,00 para apartamento duplo, à disposição dos novos senadores, até que eles recebam seu próprio apartamento. "É claro que não podemos deixá-los na rua", comenta Djalmá Costa, da comissão de recepção do Senado. Só nesta operação conjunta vão ser gastos mais de seis milhões de cruzados.

VOTO ELETRÔNICO SAI CARO

O painel eletrônico do plenário da Câmara também foi substituído para facilitar a votação da futura Constituição. O antigo tinha 13 anos e estava obsoleto, gerando muita confusão e obrigando a Mesa, às vezes, a fazer votação nominal, que demora pelo menos uma hora e meia. O custo da obra foi de 50 milhões de cruzados, mas mesmo assim não haverá terminais para todos os 559 constituintes, o que vai obrigar muitos a votar em botões de uso coletivo no plenário. "Precisávamos fazer há algum tempo esta troca eletrônica e aproveitamos a motivação da Constituinte para apressá-la", explica o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso.

Para facilitar a vida dos constituintes, a Câmara colocou sua frota de 93 veículos à disposição deles e só no estacionamento do aeroporto de Brasília há 36 camionetes para transportar os parlamentares ao Congresso, além de recepcionistas para indicar os hotéis e dar as informações necessárias. Há também 12 microônibus para levá-los de seus apartamentos e hotéis para a Câmara. Deputados e senadores podem também telefonar para o serviço de recepção

e requisitar carros especiais para transporte.

Um dos maiores problemas da Constituinte é que com ela a legislação começa efetivamente em 1º de fevereiro e não em março, como ocorre normalmente. Com isso, houve maior dificuldade e despesa para alugar os constituintes, uma vez que muitos dos que não foram reeleitos ainda têm o prazo até 1º de março para entregar seus apartamentos. "É um deputado com mulher e três filhos, gastaria cerca de Cr\$ 120 mil por mês para hospedar-se em Brasília num hotel de quatro estrelas, o que é incompatível com um salário pouco acima de 50 mil cruzados", lamenta Ademar Sabino, diretor geral da Câmara. Ele procura achar uma solução rápida para o problema.

TODOS GANHAM MAIS

"O orçamento da Câmara para 87 prevê gastos de 2,1 bilhões de cruzados, já antecipando os aumentos de despesas com a Constituinte, mas mesmo assim teremos de pedir suplementação de verbas", diz José Carlos Padilha Vital, diretor financeiro da Câmara.

A mesma opinião tem Vicente Sebastião de Oliveira, diretor financeiro do Senado, que não acha suficiente a previsão orçamentária de 1,9 bilhão de cruzados para o Senado, abrangendo a sua gráfica e o centro de computação, "mas a Constituinte não irá onerar muito nossas finanças", explica ele.

Há ainda o aumento salarial dos deputados e senadores constituintes de 25% a partir de janeiro, como consequência do aumento do funcionalismo público. Assim, o deputado passou de Cr\$ 210,00 para Cr\$ 262,50, a parte fixa dos vencimentos passou de Cr\$ 5.064,00 para Cr\$ 6.330,00 e a variável de Cr\$ 6.309,00 para Cr\$ 7.866,00.

O auxílio transporte já tinha sido aumentado para 22 mil cruzados por mês, havendo ainda a cota de correios de 2.610 cruzados e a de telefone de seis mil cruzados, além de quatro passagens por mês de Brasília ao Estado de origem e outra para o Rio. O auxílio moradia foi de oito mil para 15 mil cruzados, enquanto existe também a ajuda em material gráfico. Assim, os vencimentos estão em torno de 60 mil cruzados por mês.

MINA DE OURO

A Constituinte também se transformou numa mina de ouro para os restaurantes, lojas, táxis, locadoras, imobiliárias e os 56 hotéis de Brasília, que estão com seus 3.900 apartamentos e 7.800 leitos totalmente ocupados até março. Além dos constituintes, familiares, assessores e políticos diversos, o Distrito Federal recebe centenas de lobistas, que, somente no sofisticado lago sul da Capital, alugaram 60 mansões.

Ninguém negocia aluguel e os preços avançam, enquanto os lobbies mais fortes e ricos estão no setor de informática, química, remédios, bancos, construção civil, automóveis e agropecuária. Com a grande procura e a pouca oferta e os enormes gastos envolvendo todos os setores da Constituinte, o governo terá em Brasília uma situação peculiar, pois bem nas proximidades do Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda e Sunab, o ágio corre solto e os preços dispararam, sem que nenhum Plano Cruzado possa fazer nada.

"Mas para termos uma Constituinte avançada e democrática vale qualquer sacrifício", comenta o jovem deputado Roberto D'Ávila, do PDT carioca.

Apreensão entre diplomatas

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

Representantes estrangeiros acreditados no País estão apreensivos com a instalação, hoje, da Assembleia Nacional Constituinte, na expectativa de que ela venha a discutir a dívida externa, redução dos percentuais aos pagamentos dos serviços ou mesmo a legislação que controla os acordos comerciais. O Ministério das Relações Exteriores deverá acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos para poder explicar aos diplomatas estrangeiros a sistemática utilizada pelo Estado brasileiro sobre assuntos internacionais.

O interesse das representações diplomáticas em Brasília pelos trabalhos que se iniciam, extrapola o sigilo e o discurso de "não-ingerencia em assuntos internos" na maioria das embaixadas. De forma sutil e oficialmente, elas demonstram interesse em conhecer os novos deputados eleitos, saber as colocações políticas e as discussões em plenário. A reserva de mercado, foco principal para a informática, é uma das preocupações da Embaixada dos Estados Unidos. O tema originou polêmica quando colocado em forma de lei e alguns projetos da Constituinte ameçam cristalizá-lo na própria Carta, o que, segundo algumas fontes, dificultaria as negociações com os americanos.

Os representantes dos países da América Latina, Central e África, no entanto, se contentariam com uma Constituição mais nacionalista e voltada para interesses comerciais com as nações em desenvolvimento. No

decorrer dos próximos meses, cada corpo diplomático terá suas fontes espalhadas pelo Congresso, ou no meio jornalístico, à procura das informações que não circulam. Fontes da embaixada americana confirmam que a sua assessoria política está convidando parlamentares para almoços e jantares, "pois precisamos conhecer os novos que estão chegando em Brasília".

Já a Embaixada da União Soviética, reputada por seu isolamento, mantém a seu serviço o correspondente da agência Tass, que circula pelos gabinetes e corredores do Congresso em busca de notícias e costuma fazer amplos relatórios. A Embaixada da China não hesitou em pedir recentemente a um repórter da sucursal de O Estado de São Paulo uma "aula-conferência" sobre a Constituinte, para a qual foram designados os principais membros do corpo diplomático. Os chineses estão mais interessados nas discussões sobre dívida externa e acordos comerciais. A Embaixada da Suécia também procurou a Secretaria Especial de Relações para o Congresso, no Itamaraty, para acolher e traçar o roteiro a um grupo de jornalistas suecos que virão especialmente para acompanhar as mudanças na política brasileira e o início dos trabalhos na Constituinte. O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, deixou claro que o Itamaraty não pensa em formar nenhum grupo para influenciar diretamente as decisões do Congresso. "Só desejamos estudar, nas propostas da Constituinte, tudo que se refere à política externa", afirmou, acrescentando que "acompanhar as discussões não significa formar um lobby".

TUFFIK MATTAR PREMIADO NOS EE.UU

Pelo seu recente trabalho sobre Medicina Preventiva na Aterosclerose e o uso da Quelação, premiado pela Academia Médica dos Estados Unidos, o geriatra TUFFIK MATTAR - introdutor da Quelação no Brasil - recebeu do Sindicato dos Médicos o seguinte telegrama: "Parabenzamos o colega pela premiação internacional de seu trabalho". (ass.) Arlindo Chinaglia Junior - Presidente do Sindicato dos Médicos.



"ESCLARECIMENTOS E DESAGRAVO"

O esforço da diretoria da CEF, desde março de 1985, tem sido o de modernizar a empresa, adequando-a aos rumos da Nova República, dentro do espírito de austeridade e racionalidade administrativas. Com esse propósito, já no início do ano passado, contratamos os serviços da USP e da Fundação Getúlio Vargas que, com a recente extinção e incorporação do BNH à CEF, continuam a nos prestar o assessoramento indispensável à reestruturação organizacional da caixa que, mais que nunca, se impõe.

Tais estudos e trabalhos não se encontram, ainda, em fase de conclusão, inexistindo, ao contrário do noticiado pelos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal de Brasília", qualquer ante-projeto em exame que implique em hipertrofia da instituição. Na verdade, nosso propósito é o de seu maior enxugamento e de aumento de produtividade, como redução de custos a, em especial de cargos e de funções comissionadas. Só quando esses estudos e trabalhos estiverem concluídos é que a diretoria da empresa decidirá quanto à reformulação que se fizer necessária.

Falar em gigantismo da Caixa é desconhecer, por completo, a realidade da empresa, detentora do maior número de contas-correntes do sistema bancário — cerca de 20 milhões — incumbida de operar vários programas, de natureza nem sempre bancária, e operações de alto significado social, alguns de pouca ou nenhuma rentabilidade.

No advento do Plano Cruzado, enquanto bancos privados, de igual porte, contavam, em média, com mais de 80 empregados por unidade, na Caixa esse número era de 17. O número de 41 mil servidores que encontramos, ao assumirmos essa presidência, está reduzido a 38 mil, sem que tenhamos nomeado um só novo empregado. Reduzimos, também, o número de estagiários, que era de 21 mil, em abril de 1985, e está hoje em 8 mil. Foram desativadas mais de 400 agências consideradas deficitárias, em todo o país, do que decorreu também redução no número de funções de confiança. Os custos administrativos baixaram, no ano passado, em mais de 300 milhões de cruzados. Desmobilizamos ativos num montante de cerca de 1 bilhão e 400 milhões de cruzados, aumentando nossas disponibilidades para operações de interesse da comunidade. Tudo isso permitiu-nos sair de um déficit operacional decorrente da profunda mudança econômico-financeira, então havida, para, já a partir do segundo semestre de 1986, termos expressivos resultados mensais positivos.

O dinheiro das loterias, cujas comissões de administração, por vezes, não cobrem despesas operacionais correspondentes, é repassado, através do FAS, a aplicações sociais como hospitais, escolas, creches, saneamento básico, segurança e limpeza pública, dentre outros, a juros quase simbólicos. A Caixa não recebe dotações dos orçamentos federais, não pesando, portanto, no déficit público, mas aplica com eficiência recursos captados no mercado, através, sobretudo, da poupança popular, procurando canalizá-los para áreas sociais prioritárias, como é o caso da habitação, de cujo setor empresas financeiras privadas tem se retraído por não o julgarem investimento suficientemente atrativo.

Esses, a bem da verdade e em respeito à opinião pública, os esclarecimentos que julgamos devidos, face a informações, de todo improcedentes, a respeito da reestruturação da CEF, decorrente do processo de incorporação, a ela, do extinto BNH.

Por fim, e até por dever de reconhecimento ao esforço e a grande colaboração que o economista vem prestando, cabe-me desagravar a CEF diante de editoriais veiculados por órgãos do grupo "O Estado de São Paulo", pelos termos em que estão vazados e conceitos neles emitidos, inclusive referindo-se à empresa como "um rico ninho de sinecuras" — o que representa uma descabida hostilidade e tratamento injusto a uma instituição da seriedade, tradição, e credibilidade incontestável como é a Caixa Econômica Federal, que temos a honra de presidir.

Brasília-DF, 23 de Janeiro de 1987
Marcos Freire
Presidente

BASTA DE HUMILHAÇÃO

Diz a Exposição de Motivos do Código Penal assinada pelo brilhante Francisco Campos:

"A ordem de superior hierárquico (isto é, emanada de autoridade pública, pressupondo uma relação de direito administrativo) só isenta de pena o executor (g.n.), se não é manifestamente ilegal. Outorga-se, assim, ao inferior hierárquico, tal como no direito vigente, uma relativa faculdade de indagação da legalidade da ordem. Conforme observa De Marsico, se o princípio fundamental do Estado moderno é a autoridade, não é menos certo que o Estado é uma organização jurídica, e não pode autorizar a obediência cega do inferior hierárquico. (g.n.). De um lado, um excesso de poder na indagação da legalidade da ordem quebra o princípio de autoridade, mas de outro um excesso do dever de obediência quebra o princípio do direito." (g.n.)

Qualquer funcionário público, com ou sem formação, sabe que "portaria" não revoga decreto e nem altera; que decreto não revoga e nem altera Decreto-lei. E, assim sendo, toda a ordem mantida e cumprida, baseada em ato manifestamente ilegal, não exime o seu executor, da RESPONSABILIDADE CRIMINAL e CIVIL (Perdas e danos).

Princípio este, contido igualmente no art. 22, do Código Penal, ao excluir de maneira expressa da definição de coação irresistível e da obediência hierárquica, a "ordem manifestamente ilegal".

"Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal (g.n.)..."

Diariamente vem Conselheiros do Conselho Estadual de Educação, 2º escalão do MEC e a Sunab, ocupando espaços nos jornais, para ameaçar, coagir e imputar desobediência civil da escola particular e prática de crime contra a economia popular. Fiscais da Sunab, de forma arbitrária, invadem, coagem, exigem documentos, atemorizam o mantenedor e o dirigente da Escola.

Basta, Chega. Não nos omitiremos mais. Procuramos o entendimento e o acordo e estamos prontos a mantê-los, mas não aceitaremos atos criminosos de coação, invasão, injúria, calúnia e abuso de poder, sem a instauração das medidas penais e civis, cabíveis na espécie.

O preço da concórdia e da solução, não pode implicar em covardia, submissão ou em omissão.

Tenham, em nome da paz neste País, consciência. Não instiguem a luta de classe. Não gerem expectativa de Direito a alunos de participarem em Comissões de Encargos com atos ilegais. Respeitem os jovens. Sejam responsáveis.

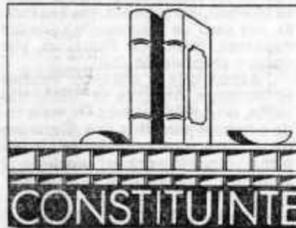
A harmonia na Escola entre dirigentes, professores, pais e alunos é coisa séria para ser violentada.

A participação no regime democrático é dentro da ordem jurídica. Não destruam o que está nascendo, o que está florindo. Chega. Basta.

Quando ao início das aulas, reiteramos a posição assumida: "SOMOS EDUCADORES E NÃO IREMOS DAR AOS NOSSOS ALUNOS, O MAU EXEMPLO DA PARALISAÇÃO. INICIAREMOS AS AULAS NO DIA E HORA MARCADOS NO CALENDÁRIO DE CADA ESCOLA, DENTRO DO CONSENSO JÁ ESTABELECIDO COM OS PAIS."

Não vemos porque parar, pois respeitamos o Império das Leis e estamos agindo de acordo com a ordem jurídica.

São Paulo, 30 de janeiro de 1987.
José Aurélio de Camargo
Presidente
Adib Salomão
Consultor Jurídico
OAB/RS 2.355 - OAB/DF 829-A
OAB/SP 82.125-A



CASA CENTRO 3 x S/JUROS

TV em cores Philips mod. 6055 Trend 1

- Sintonia de canais
- Indicação na tela por barras coloridas.

Despachamos para todo o Brasil. Atacado e Varejo.

PHILIPS

CASA CENTRO

Av. Brig. Luis Antônio, 1768/96 e Híllas.

NTA

CURSOS

DESTAQUE-SE

AULAS SOMENTE AOS SABADOS

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

PÚBLICO A QUE SE DESTINA

Empresários, executivos, profissionais liberais, universitários e funcionários administrativos com escolaridade compatível.

PROGRAMA

- Introdução à Administração
- Introdução à Economia
- Contabilidade Básica
- Matemática Empresarial
- Matemática Financeira
- Administração Financeira
- Informática
- Administração da Produção
- Legislação Trabalhista
- Legislação Tributária
- Adm. de Recursos Humanos
- Relações Humanas
- Marketing

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PÚBLICO A QUE SE DESTINA

Empresários, executivos, profissionais liberais, universitários e funcionários de áreas afins com escolaridade compatível.

PROGRAMA

- Contabilidade
- Matemática Financeira
- Planejamento e Orçamento
- Economia Monetária
- Mercado de Capitais

SECRETARIA EXECUTIVA

PROGRAMA

- A Empresa como um Sistema Hierarquizado
- Normas de Comunicação em Língua Portuguesa (abrangendo Redação Técnica)
- Raciocínio Lógico
- Introdução à Economia
- Fundamentos de Marketing
- Psicologia para Secretárias
- Instrumental da Secretária
- Arquivo e Documentação
- Informática
- Técnicas de Direito do Trabalho
- Títulos de Crédito
- Fundamentos de Legislação Tributária
- Ética Profissional

PROFESSORES E RECURSOS

Audiovisuais, Planos de Aulas Apostilados, Indicações Bibliográficas.

Professores formados e graduados por instituições como FAM, USP, ESAN, MACKENZIE, GV e outras.

CERTIFICADO

Será emitido pelas entidades promotoras

Faculdade Anhembis Morumbi

NTA - INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA ADMINISTRATIVA

INFORMAÇÕES: Tels.: 287.1341, 285.4035 e 287.4060